

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

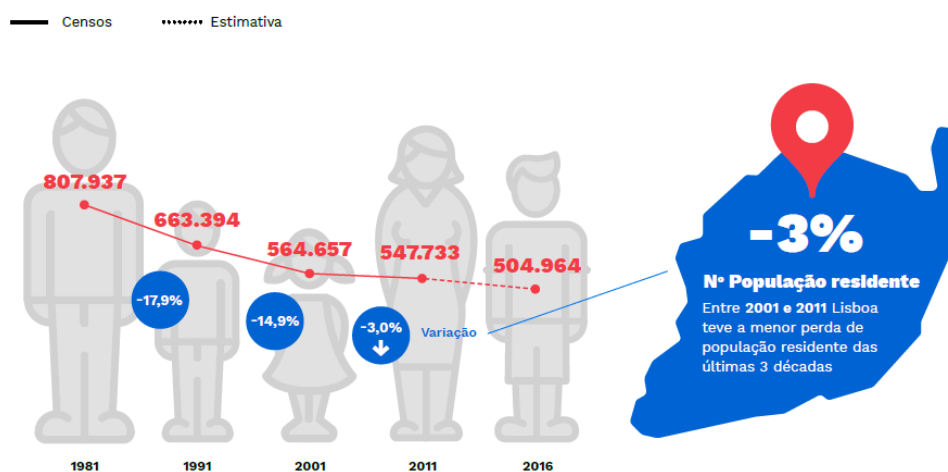


A população de Lisboa entre 1981 e 2011

A perda populacional da cidade de Lisboa desacelerou progressivamente no século XXI, registando, simultaneamente, ligeiros sinais de rejuvenescimento e um aumento do peso da população dependente. Estas alterações são motivadas pela perda de população activa a favor da migração, nomeadamente para a Área Metropolitana de Lisboa e pela emigração, só minimizada pelo aumento de população estrangeira a residir no concelho de Lisboa.

| 1

Evolução da população residente no concelho de Lisboa entre Censos 1981 - 2011 e a estimativa para 2016, Nº e taxa de variação



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 1981, 1991, 2001, 2011; e INE, Estimativas anuais da população residente, 2016; Cálculos OLCPL

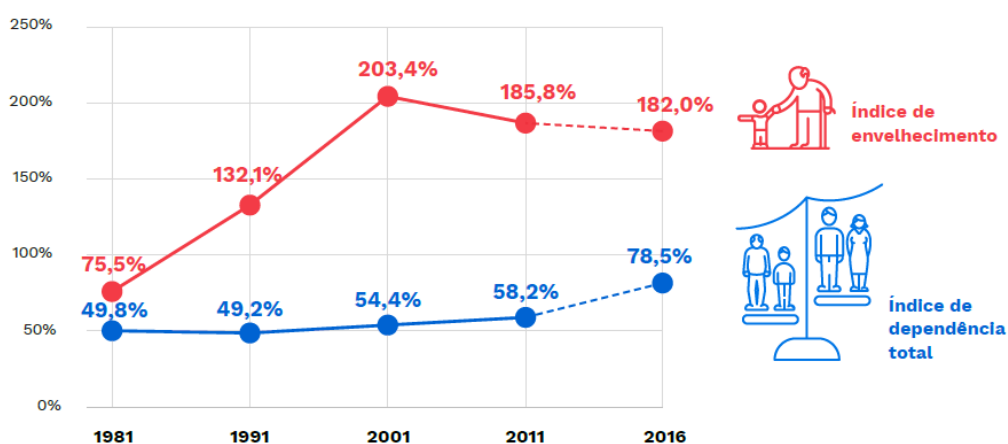
Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Evolução do índice de envelhecimento e do índice de dependência total no concelho de Lisboa entre Censos 1981 - 2011 e a estimativa para 2016, %



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 1981, 1991, 2001, 2011; e INE, Estimativas anuais da população residente, 2016

A evolução demográfica do concelho de Lisboa caracteriza-se por uma perda progressiva de população ao longo das últimas três décadas, ainda que essa perda tenha recentemente desacelerado: segundo os dados censitários, entre 1981 e 1991, a população residente em Lisboa diminuiu 18%, enquanto, entre 2001 e 2011, regista-se uma diminuição de 3%. Todavia, as estimativas do INE apontam para que a cidade continue a perder população, cerca de 8% entre 2011 e 2016.

No que respeita à proporção de homens e mulheres, ao longo das três décadas em análise, e apesar do dinamismo demográfico, as proporções mantêm-se: 56% de mulheres e 44% de homens.

Retrato de Lisboa

Infografia 01

2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Até 2001, a perda de população deve-se, em grande medida, à diminuição acentuada da população menor de 24 anos, que não chega a ser compensada pelo aumento da população idosa. Estes dois dados justificam as afirmações relativas ao envelhecimento da cidade de Lisboa, bem acima dos valores nacionais: por cada 100 jovens menores de 15 anos, havia em Lisboa, em 2001, 203 idosos, sendo que a média nacional era de 102 idosos, ou seja, praticamente o dobro.

| 3

Em 2011, Lisboa mantém-se uma cidade envelhecida, apesar de se verificar uma inversão dos dados: pela primeira vez em 30 anos o número de crianças e jovens com menos de 15 anos aumenta (8%) e o número de idosos diminui (2%), indiciando ligeiros sinais de rejuvenescimento: o número de idosos por cada 100 jovens desce em 2011 para 186¹. Contudo, os activos jovens, entre ao 15 e os 24 anos, continuam a diminuir: entre em 2001 e 2011 registavam uma diminuição preocupante, 25%, ainda que menor face às décadas anteriores (27,7%). Também a população entre os 25 e os 64 anos continua a diminuir, mas de forma menos acentuada (1,8%).

Estes dados justificam que o peso da população dependente, jovens até aos 14 anos e idosos com mais de 65 anos, tenha vindo a aumentar desde 1981 face à população em idade activa – dos 15 aos 64 anos: se em 1981 havia 50 jovens e idosos para cada 100 pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos, este número sobe para 58 em 2011 e estima-se que, em 2016, para 79².

¹ Este dado corresponde ao Índice de envelhecimento que estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos) (fonte: INE).

² Este dado corresponde ao índice de dependência total que estabelece a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). (fonte: INE).

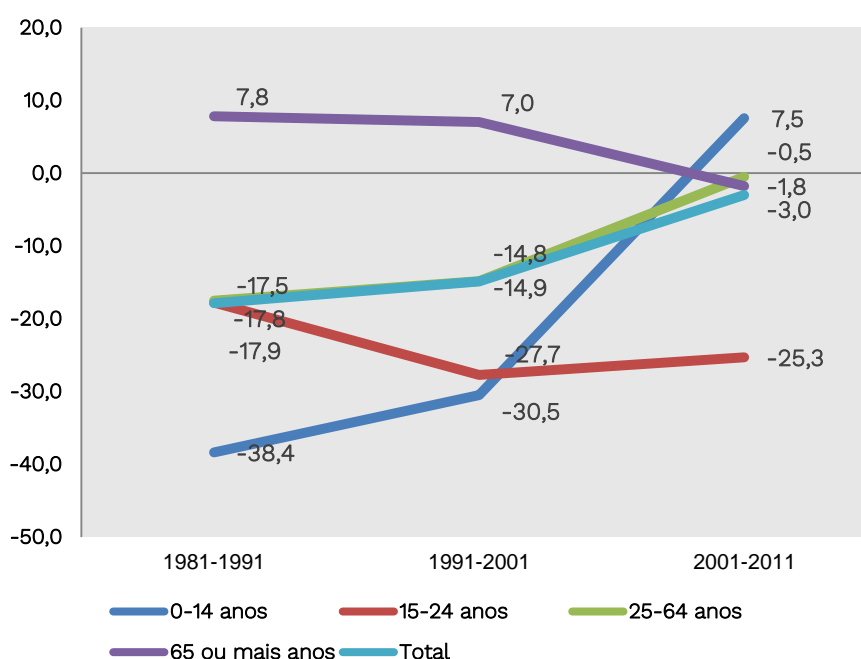
Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Evolução da taxa de variação da população residente por grupos etários no concelho de Lisboa entre Censos: 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011, %



Fonte: INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011; Cálculos OLCPL

O ligeiro aumento da taxa de natalidade³ - de 9,6‰ em 1991 para 11,9‰ em 2016 - poderá justificar directamente o aumento dos jovens menores de 14 anos nos últimos anos.

³ A taxa bruta de natalidade corresponde ao número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes) (fonte: INE).

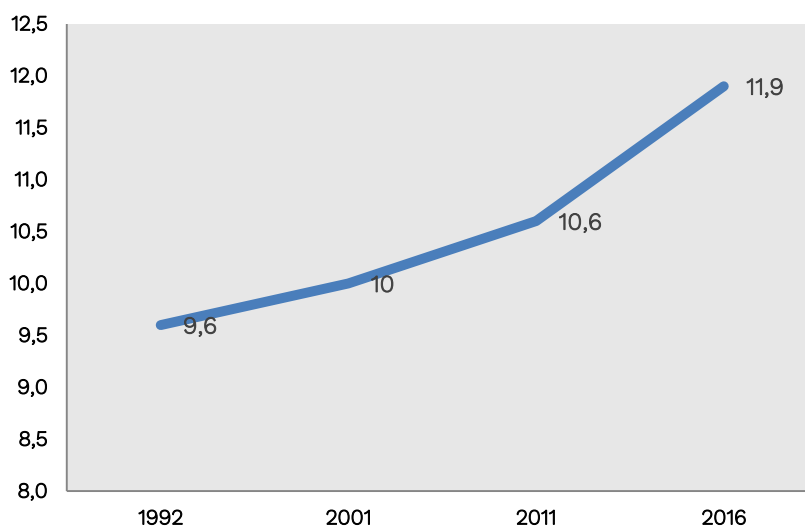
Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Evolução da taxa bruta de natalidade no concelho de Lisboa, 1992-2016, %



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

| 5

Por sua vez, a diminuição acentuada da população activa, em particular dos mais jovens, entre os 15 e os 24 anos, poderá ser justificada pelas dinâmicas migratórias internas e externas: o saldo migratório⁴ evidencia grandes oscilações entre as entradas e saídas na cidade nas últimas três décadas, o que significa que os novos residentes nem sempre são em número suficiente para compensar os que saem, como registam os Censos em 1991 e 2011.

⁴ O saldo migratório corresponde a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (fonte: INE).

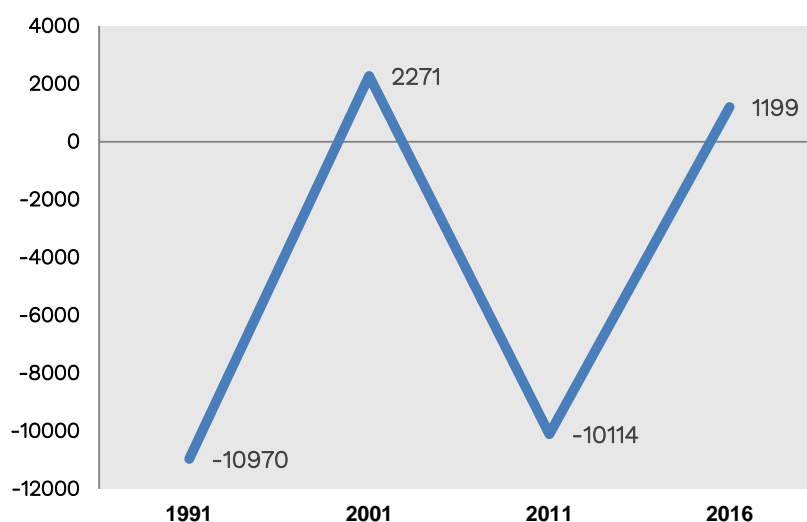
Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Evolução do saldo migratório no concelho de Lisboa, 1991 – 2016, Nº



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A mobilidade residencial interna, nomeadamente, para a Área Metropolitana de Lisboa, a emigração, a imigração e o retorno de imigrantes aos países de origem são as variáveis explicativas da evolução do saldo migratório do concelho de Lisboa.

De facto, segundo os Censos, a população da Área Metropolitana de Lisboa registava um aumento de 1,5% em 1991 face ao recenseamento anterior, proporção que aumenta nas décadas seguintes: 5,6% em 2001 e 6,0% em 2011. Esta mobilidade poderá ser fruto dos elevados custos da habitação no concelho de Lisboa e da melhoria da rede viária e de transportes públicos que permitem/fomentam, nomeadamente, o movimento pendular das populações. Em 2011 entravam na cidade para trabalhar

Retrato de Lisboa

Infografia 01

2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

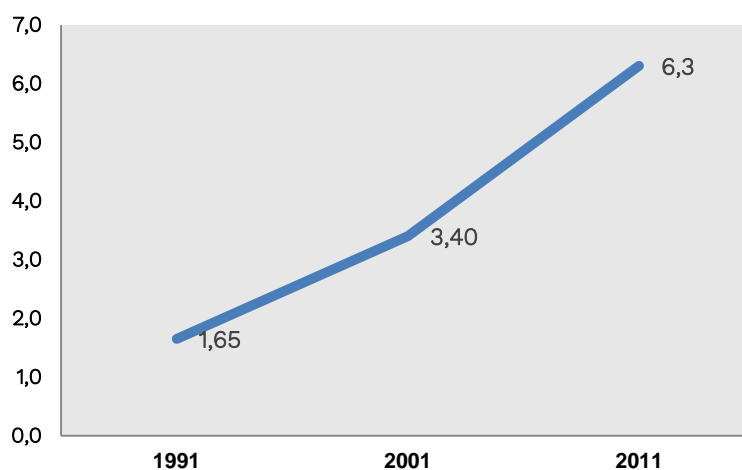


ou estudar o equivalente a 78% da população residente no município⁵, valor muito próximo do registado em 2001, 80%. Em contrapartida apenas saíam da cidade para trabalhar ou estudar 8,2% em 2001 e 8,7% em 2011. Ou seja, apesar das populações procurarem soluções residenciais nos concelhos limítrofes à capital, é nela que trabalham ou estudam. É possível que esta proporção seja actualmente maior tendo presentes as questões relativas à habitação vividas na cidade de Lisboa nos últimos anos.

| 7

Em contrapartida, a população estrangeira residente na cidade de Lisboa tem vindo a aumentar nas últimas décadas: se em 2001 os residentes estrangeiros representavam 3,4% da população residente, em 2011 eram 6,3%: população maioritária de Espanha, Ucrânia, Roménia, Brasil, Cabo Verde e China e composta por jovens (0-14) e população em idade activa (15-64 anos).

Proporção de população residente estrangeira no concelho de Lisboa, %



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

⁵ Proporção da população residente que entra na unidade territorial para trabalhar ou estudar mas que reside noutra unidade territorial (movimentos pendulares) (fonte: INE).

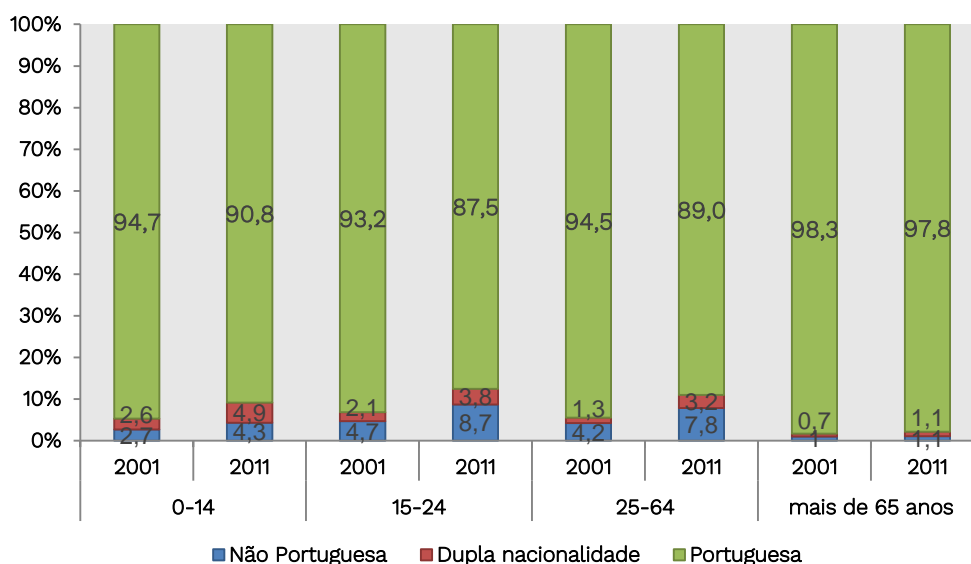
Retrato de Lisboa

Infografia 01 2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Nacionalidade da população residente no concelho de Lisboa por grupo etário, 2001 e 2011, %



Fonte: INE, censos 2001 e 2011; Cálculos OLCPL

Estes dados poderão contribuir para explicar a razão pela qual a intensidade da descida de população jovem e em idade activa residente no concelho diminuiu em 2011, ou seja, ainda que continue a diminuir, a sua descida é menos acentuada, compensada pela entrada de estrangeiros na cidade, que minimiza os resultados da saída de população residente do concelho. Tendo em conta que se trata de população jovem e jovem activa, estes contingentes são fundamentais para o equilíbrio demográfico da cidade porque contribuem para o reforço da população em idade activa, o abrandamento dos níveis de envelhecimento e o aumento da taxa de natalidade, devido a uma maior concentração da população estrangeira em idade fértil, com níveis de fecundidade mais elevados do que a população portuguesa.

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Por sua vez, este equilíbrio demográfico permite uma maior sustentação das contas da segurança social, equilibrando a relação entre contribuintes activos e beneficiários idosos.

| 9

Tendo em conta o ritmo acelerado das dinâmicas sociais vividas nos últimos anos, qual o retrato demográfico esperado para a cidade de Lisboa em 2021?

Lisboa vai conseguir reter e/ou atrair população como se verificou na última década? E qual o seu perfil? Ou, pelo contrário, irá voltar à tendência dos anos 80 e 90 onde a perda de residentes foi muito significativa?

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

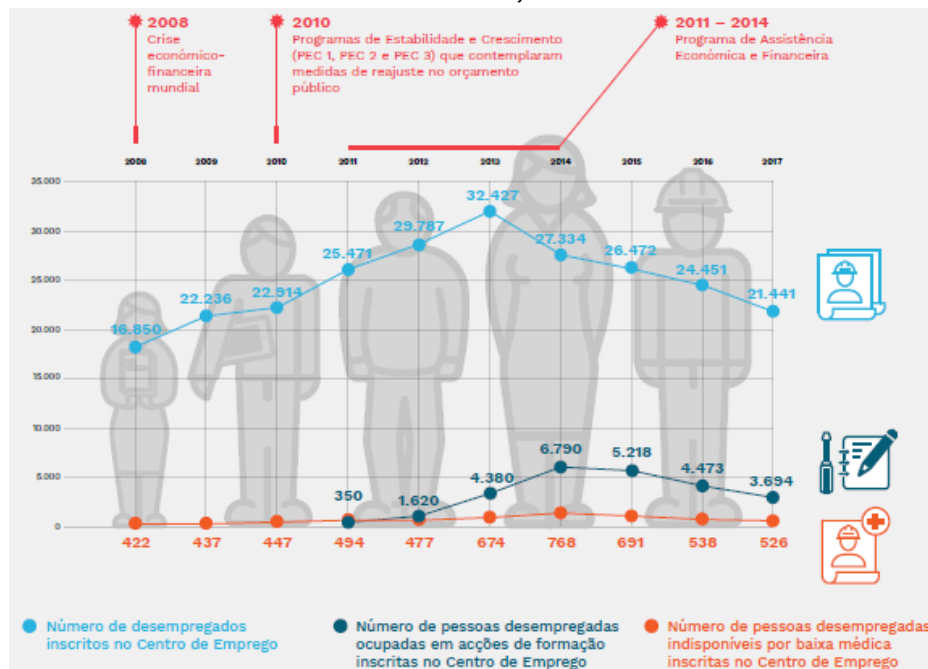


O desemprego

O impacto da crise económica e financeira mundial no mercado de trabalho é visível no aumento exponencial do número de pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego no concelho de Lisboa entre 2008 e 2013, com uma progressiva recuperação até à actualidade. O recurso a formação profissional para um significativo contingente de desempregados parece constituir uma das formas de aumentarem as suas probabilidades de acederem ao mercado de trabalho novamente. Para outros, a migração laboral, poderá ter sido a alternativa.

| 10

Evolução de desempregados inscritos no Centro de Emprego do concelho de Lisboa, disponíveis para integrar ofertas de emprego, ocupados com formação profissional ou indisponíveis por baixa médica, 2008-2017, N.º



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

Retrato de Lisboa

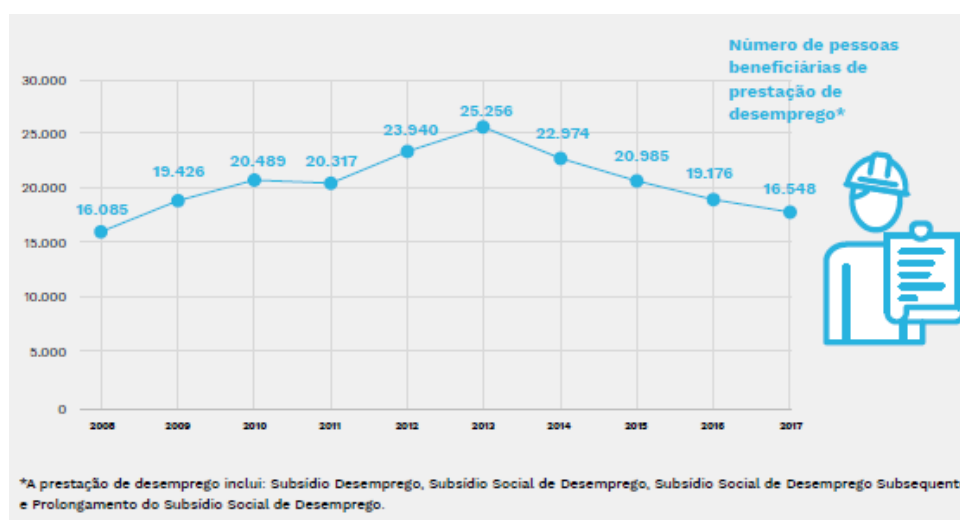
Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Evolução de pessoas beneficiárias de prestação de desemprego, 2008-2017, Nº

| 11



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Apreciando nos últimos 10 anos o número de pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego do concelho de Lisboa, verificamos que, desde 2008, esse número foi aumentando gradualmente, até quase duplicar em 2013 (32.427), momento a partir do qual começa a diminuir até aos 21.441 inscritos, em 2017, ainda distante dos números de 2008 (16.085).

O número de pessoas desempregadas ocupadas a frequentar formação acompanha este aumento, atingindo, em 2014, o seu valor máximo, 6.790 pessoas, e diminuindo progressivamente até cerca de metade, 3.694 pessoas, em 2017. O aumento destes dois indicadores é acompanhado pelo aumento do número de pessoas beneficiárias de prestação de desemprego no concelho.

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Estes números devem ser interpretados à luz do processo histórico vivido neste período. O ano de 2008 é apontado como o marco da crise económico-financeira mundial, com repercussões também para Portugal: o Governo Português lança em 2010 três Programas de Estabilidade e Crescimento contemplando medidas de reajuste orçamental. Todavia, em 2011 é contratualizado com o Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia um Programa de Assistência Económica e Financeira com a duração de três anos, concluído em Dezembro de 2014, que implicou a adopção de um conjunto de medidas de austeridade a vários níveis, com repercussões fortemente sentidas na economia nacional e local.

Este foi um período muito marcante para o tecido empresarial português com tentativas de reestruturação das empresas mas também falências e insolvências. Este cenário traduziu-se no aumento de processos de despedimentos colectivos no concelho que atingiu o seu pico em 2014, com cerca de 3.000 trabalhadores afectados por processos de despedimentos colectivos, accionados por 298 empresas.

| 12

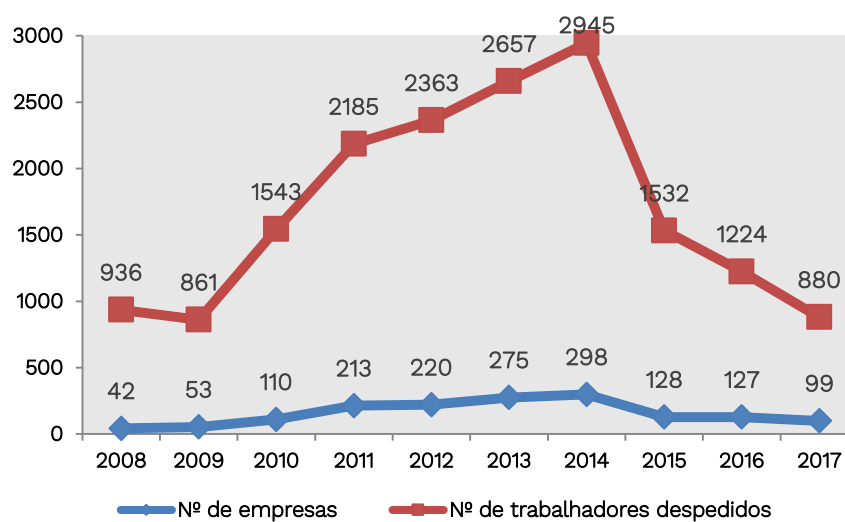
Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Evolução de processos de despedimentos colectivos concluídos no concelho de Lisboa, 2008 – 2017, Nº



| 13

Fonte: DGERT, Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Retrato de Lisboa

Infografia 01 2018

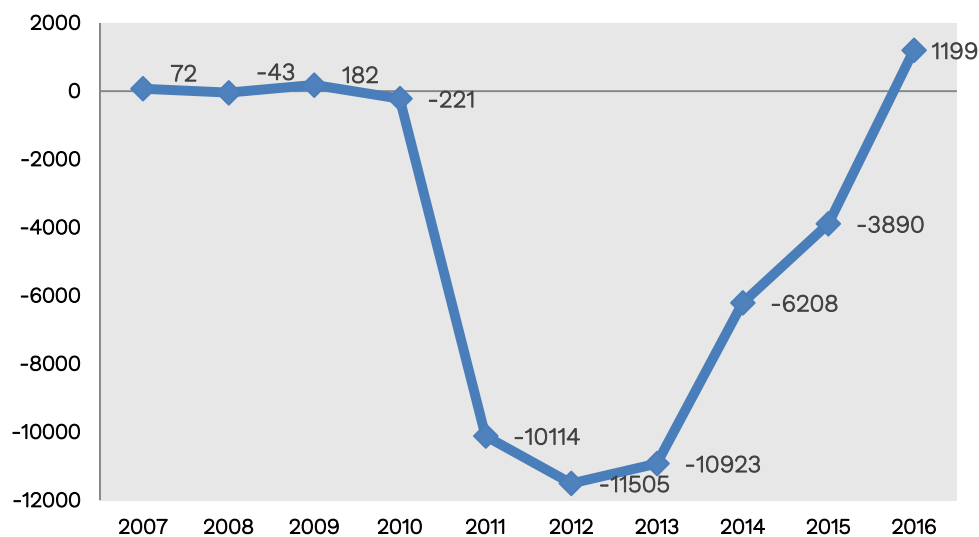
Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



O saldo migratório da última década indicia que a migração laboral constituiu uma alternativa à fragilidade do mercado de trabalho. O saldo positivo da primeira década deste século dá lugar a um desequilíbrio drástico em 2012: se em 2009, contas feitas entre as entradas e saídas, o saldo era de 182 pessoas, em 2012, Lisboa conta com menos 11 505 pessoas. Para este número poderá ter contribuído alguma mobilidade nacional, o número de imigrantes que retornaram aos países de origem, como o Brasil e Ucrânia, bem como o número de residentes no concelho que decidiram emigrar, dadas as condições do mercado de trabalho. Estima-se que só em 2016 a balança voltou a registar um saldo positivo a favor da cidade.

| 14

Saldo migratório do concelho de Lisboa, 2007-2016, Nº



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



| 15

A redução do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, de despedimentos colectivos e de beneficiários de prestações de desemprego no concelho de Lisboa nos últimos três anos vai ao encontro da tendência nacional de retoma económica. Contudo, algumas questões se colocam: Qual a sustentabilidade desta tendência? Qual o seu reflexo na qualidade

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

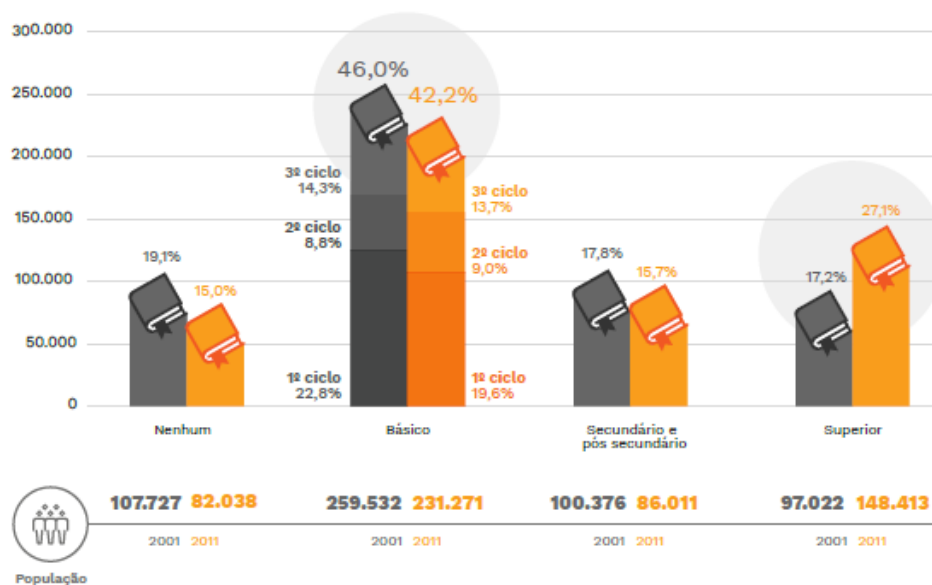


A escolaridade dos lisboetas

A quase plena inserção na escolaridade obrigatória e a melhoria dos níveis de escolaridade da população residente na cidade de Lisboa na última década.

| 16

Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente no concelho de Lisboa, 2001 e 2011, Nº e %



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Cálculos OLCPL

Retrato de Lisboa

Infografia 01

2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

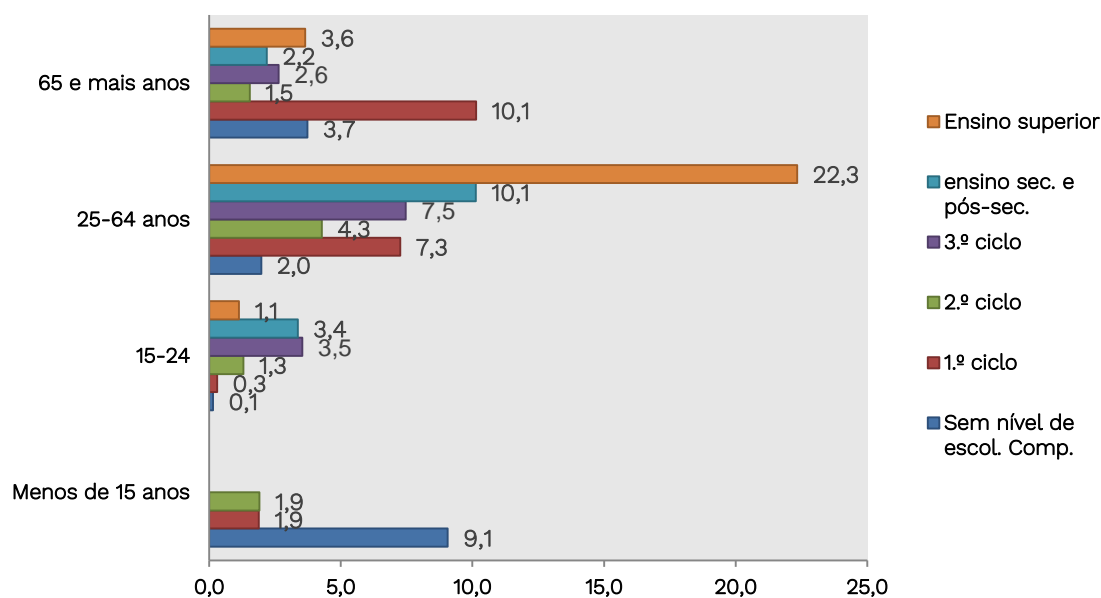


A análise dos indicadores de educação evidencia alguns sinais de melhoria, nomeadamente, o significativo decréscimo da taxa de abandono escolar nas últimas décadas, tendo passado de 6,2%, em 1991, para 1,8%, em 2011, e a melhoria das habilitações escolares, tendo o número de pessoas com ensino superior aumentado de 17% para 27%, entre 2001 e 2011.

| 17

Todavia, um olhar mais atento, chama a atenção para o elevado peso de população residente em Lisboa com baixas qualificações, designadamente 5,8% da população com mais de 15 anos sem qualquer nível de escolaridade completo e 24,1% da população em idade activa (15-64 anos) possui apenas o ensino básico, tendo o 1º ciclo um peso de 7,6% o 2º ciclo 5,6% e o 3º ciclo, 11%.

População residente no concelho de Lisboa por grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo, 2011, %



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Cálculos OLCPL

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



| 18

Entendendo a Educação de Adultos como a via para colmatar as baixas qualificações, ainda ao nível do ensino básico, de um grupo significativo de pessoas em idade activa a residir em Lisboa, em que medida o modelo actual é adequado às necessidades de aquisição e certificação de competências?

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

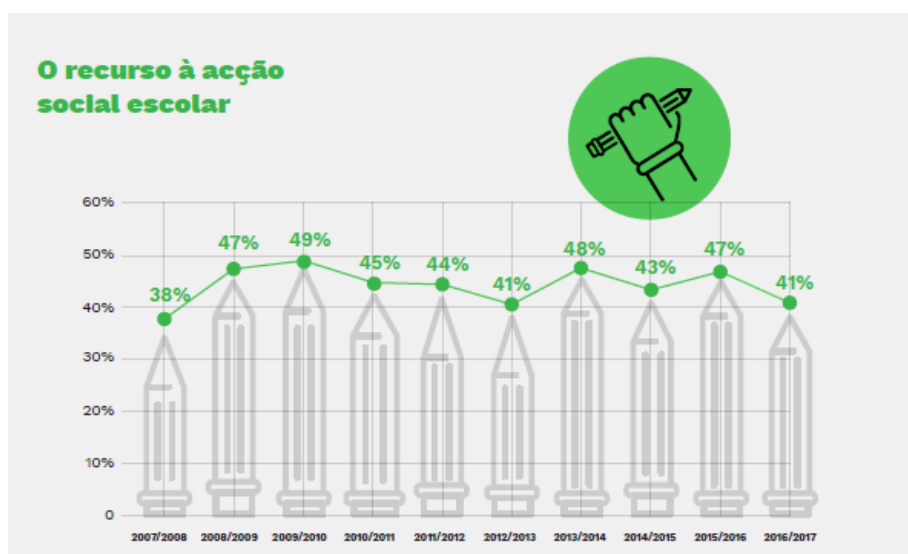


Acção social escolar

A vulnerabilidade financeira de mais de um terço das famílias com crianças inscritas no 1º ciclo do ensino básico das escolas de rede pública do concelho de Lisboa.

| 19

Evolução da proporção de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico na rede pública do concelho de Lisboa e a beneficiar de acção social escolar, escalão A e B, 2007/2008 – 2016/2017, %



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa; Cálculos OLCPL

Retrato de Lisboa

Infografia 01

2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



Os alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Lisboa dividem-se quase equitativamente entre estabelecimentos públicos e privados: no ano lectivo 2015/2016 56% dos alunos do 1º ciclo frequentavam estabelecimentos públicos e 44% estabelecimentos privados, à semelhança dos últimos 8 anos lectivos. Dos que frequentam os estabelecimentos de ensino público, uma elevada proporção são beneficiários de acção social escolar, realidade que se mantém nos últimos 10 anos lectivos: desde 2008 que a proporção de alunos beneficiários de acção social é superior a 40%.

| 20

São beneficiários de acção social os alunos pertencentes a agregados familiares que integram os 1.º e 2.º escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família.

Tomemos por exemplo o ano lectivo de 2016/2017: em 2015, o 1º escalão (A) correspondia a valores de rendimento iguais ou inferiores a 2.934,54€ e o 2º escalão (B)⁶ a rendimentos entre 2.934,54€ e 5.869,08€. Face a estes critérios de acesso, um agregado familiar composto por dois adultos que auferem o salário mínimo nacional (505€ em 2015) com duas crianças menores de 16 anos integram o 2º escalão do abano de família e, respectivamente, o escalão B da acção social escolar. Por outro lado, uma família com os mesmos rendimentos, dois adultos a auferirem o salário mínimo nacional, mas com apenas uma criança menor não cumpre as condições de acesso, ou seja, não beneficia de acção social escolar.

A análise das condições de acesso à acção social escolar faz emergir algumas preocupações e questionamentos: por um lado, apesar dos rendimentos de referência serem muito baixos, recorde-se que o limiar da pobreza em 2015 era de 5.269€ por indivíduo, um elevado número de alunos do 1º ciclo beneficia de acção social escolar, o que significa que integram agregados familiares que vivem em condições financeiras muito vulneráveis; por outro lado, tendo em conta os limites máximos do rendimento de referência, questionam-se quantas famílias não são abrangidas por esta e outras

⁶ O rendimento de referência é calculado pela soma do total de rendimentos de cada elemento do agregado familiar a dividir pelo número de crianças e jovens com direito ao abono de família nesse agregado, acrescido de um. O valor apurado insere-se em escalões de rendimentos estabelecidos com base no indexante dos apoios sociais (IAS) (fonte: ISS).

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



medidas de política social porque não cumprem as condições de acesso, mas cujos rendimentos estão longe de satisfazer as necessidades essenciais.

| 21

Até que ponto a accção social, com os critérios de acesso actuais, responde efectivamente às vulnerabilidades de todas as famílias com menores a cargo?

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt

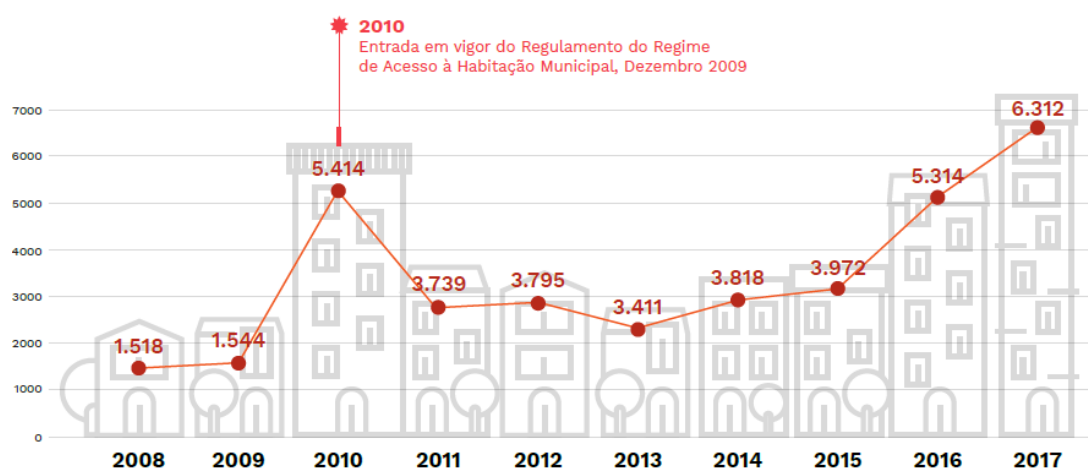


As candidaturas à habitação municipal

O crescente recurso à habitação municipal para satisfazer as crescentes necessidades habitacionais da cidade de Lisboa.

| 22

Evolução de candidaturas do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal de Lisboa, 2008-2017, Nº



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

A regulação do acesso à habitação municipal de Lisboa no ano 2009, com a entrada em vigor do Regulamento de Regime de Acesso à Habitação Municipal em Dezembro, provocou um aumento exponencial do número de candidatos no ano seguinte – 5.414 candidaturas em 2010 – um aumento de 251% face ao ano anterior. A estabilização do número de candidaturas nos três anos seguintes contrasta com o crescente aumento sentido a partir de 2013, o que poderá estar relacionado com a entrada em vigor do Novo Regime do Arrendamento Urbano em 2012, cuja duração do período de

Retrato de Lisboa

Infografia 01
2018

Mais informação em: observatorio-lisboa.eapn.pt



transição dos contratos antigos para o novo regime foi de 5 anos, e o aumento do valor das rendas, fruto dos processos de turistificação e gentrificação que a cidade vive nesta década. Razões que fazem o número de candidatos à habitação municipal crescer ano após ano, atingindo em 2017 o maior número de candidatos dos últimos 10 anos, com 6.312 agregados familiares a solicitarem habitação municipal.

| 23

As necessidades de habitação na cidade de Lisboa são crescentes e cada vez mais prementes. Um número cada vez maior de famílias não consegue assegurar uma habitação condigna. Que medidas são necessárias, de curto, médio e longo prazo, para garantir o direito constitucional de acesso à habitação? De que modo o poder local pode intervir para acautelar e garantir o direito à habitação da população de Lisboa e contrariar a crescente gentrificação e os seus efeitos imprevisíveis?